

Ministério diz que MP vai aumentar crédito para o Nordeste; Associação do BNB contesta

Conforme representante do Governo Federal, medida deverá liberar mais de R\$ 8,5 bilhões dos fundos constitucionais até 2026

#Financiamento



Samuel Quintela samuel.quintela@svm.com



Fundo Constitucional do Nordeste é operado exclusivamente pelo BNB e principal fonte de recursos

Por mais recursos

Após uma onda de críticas à Medida Provisória 1.052/2021, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) partiu em defesa da MP que reduz a taxa de administração dos fundos constitucionais.

A mudança enfrenta resistência no Congresso Nacional por ser considerada negativa

para os bancos públicos regionais, como o Banco do Nordeste (BNB), e já recebeu mais de 97 emendas parlamentares em 8 dias.

De acordo com a chefe de assessoria especial do MDR, Verônica Sanchez, a medida deverá ampliar o crédito ofertado para projetos de desenvolvimento através dos fundos constitucionais. Já no segundo semestre de 2021, have-

ria um acréscimo de mais de R\$ 700 milhões, segundo estimativa da Pasta.

A perspectiva do Governo Federal se baseia no fato de que, com a redução da taxa administrativa cobrada pelos operadores dos fundos constitucionais no modelo proposto pela MP, sobrariam mais recursos para financiamentos dedicados a projetos de desenvolvimento nas regiões de

atuação. A medida irá influenciar os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), esses que têm como operadores, respectivamente, o Banco da Amazônia (Basa), Banco do Nordeste (BNB) e o Banco do Brasil (BB).

A taxa de administração destes fundos, que será cortada gradualmente até 2026, é uma importante fonte de re-



FOTO: J. ROSA

ceitas para os bancos. No caso do BNB, cerca de 70% dos custos - que envolvem ações de infraestrutura, pagamentos, treinamentos, qualificação profissional e outros - são garantidos pelo montante gerado a partir da taxa de administração do FNE.

Liberação de recursos

Segundo Verônica, a MP tem o foco de "equalizar as taxas de mercado" e "aumentar as oportunidades de crédito ao setor produtivo". Ela explicou que a redução da taxa de administração dos bancos que administram fundos constitucionais seria importante para deixar mais recursos disponíveis para empréstimos.

A estimativa do MDR é que até 2026 a MP libere mais de R\$ 8,5 bilhões. O montante que não vier a ser aplicado pelos bancos públicos, informa Verônica, deve permanecer nos fundos para o exercício dos anos seguintes.

"Queremos equalizar as taxas de mercados e aumentar as oportunidades de créditos ao setor produtivo, oferecen-

do das taxas com crédito mais acessível. O Ministério da Economia acompanha o balanço dos bancos públicos, e perceberemos a transformação digital do setor", defendeu.

A opção mencionada pela chefe de assessoria do MDR se baseia no retorno da operação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), que deve ser gerenciado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).

O fundo deverá ter preferências por projetos de "concessões e parcerias público-privadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste" e buscar investimentos em obras de "saneamento básico, resíduos sólidos, iluminação pública, habitação social e segurança hídrica".

"O FGIE que estava parado desde 2014 e que tinha um saldo disponível está sendo ampliado para projetos de infraestrutura para estados, municípios e Federação. Isso reforça o papel do ministério de buscar parceiros privados para fazer investimentos de

infraestrutura no País", explicou Verônica.

Adaptação dos bancos

Sobre o papel de atuação dos bancos públicos, a chefe de assessoria especial do MDR disse apenas que as instituições financeiras têm condições de se adaptar ao novo modelo, discutindo os impactos financeiros da medida e equacionando as operações no nível necessário.

"Surgem muitas dúvidas sobre esses assuntos, mas a gente está aqui para sanar e esclarecer essas dúvidas. Eu entendo que os bancos têm condições de observar essas situações e cabe à administração do banco organizar a estrutura e lidar com o operacional da Instituição, seja considerando o número de agências ou outros fatores importantes para o funcionamento do banco", disse Verônica.

Verônica Sanchez ainda revelou que a Caixa Econômica Federal tem feito pedidos ao MDR para operacionalizar os fundos constitucionais. No entanto, ela garante, não há pre-

visão de projetos na Pasta de ampliar esta operação.

"A Caixa nos procura para tentar também operar (os fundos constitucionais). Mas não é o objetivo do Ministério, até porque é uma questão constitucional", disse.

Posicionamento interno

A Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste (AFBNB), contudo, questiona o posicionamento do Ministério do Desenvolvimento Regional. Segundo Rita Josino, presidente da AFBNB, a lógica de equalizar não faria sentido para o BNB, por exemplo, porque a Instituição teria um número menor de fontes de financiamento do que outros bancos, como a Caixa Econômica.

A Caixa, atualmente, é responsável pelo gerenciamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A presidente da AFBNB ainda afirmou que a medida faz parte de uma política do Governo Federal de enfraquecer as estruturas de órgãos públicos no País.

"O argumento deles é que não tem orçamento, só que, na verdade, o desenvolvimento regional não é prioridade deles e há uma lógica de mercado para enfraquecer o papel do Banco. O argumento inicial é adequar a uma situação de mercado, mas não podemos adequar o BNB à situação porque temos um funcionamento específico", disse Rita.

"É uma lógica privatista, de reduzir folha de pagamento, de reforma administrativa, de reduzir as estruturas públicas no País", completou.

Entre deputados da bancada cearense no Congresso, a MP foi recebida com protestos. Parlamentares consultados pelo Diário do Nordeste criticaram a medida.

97

EMENDAS PARLAMENTARES

A Medida Provisória 1.052 enfrenta resistência no Congresso por ser considerada negativa aos bancos públicos e já recebeu mais de 97 emendas em apenas oito dias